



CÂMARA
MUNICIPAL
NISA

DESPACHO nº 02/2020

“Imparcialidade / exclusividade do exercício de funções públicas”

Considerando o princípio de **exclusividade de funções**, que visa garantir a imparcialidade do exercício de funções públicas, mantém-se no atual quadro legal em vigor (Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprova a Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas - LTFP);

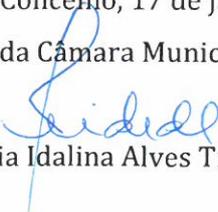
Considerando ainda que, admitida a possibilidade de acumular o exercício de funções públicas com outras, públicas ou privadas, e desde que respeitadas as normas previstas nos artigos. 19.º a 24.º, da LTFP;

Determino, que os trabalhadores efetuem as diligências necessárias e sob pena de violação dos preceitos legais atrás referidos e respetivas cominações legais, nomeadamente:

- a) Obtenção da autorização superior necessária, caso pretenda exercer outra atividade, especificando em concreto as razões da inexistência de conflito com as funções desempenhadas na autarquia;
- b) Informar a Secção de Recursos Humanos e Serviços Auxiliares (SRHSA), caso tenha cessado ou mantenha as funções para as quais já havia solicitado autorização prévia;
- c) Proceder a quaisquer atualizações que se julguem pertinentes, relativas a processos de acumulação de funções anteriormente aprovados.

Nisa e Paços do Concelho, 17 de janeiro de 2020

A Presidente da Câmara Municipal de Nisa,


Dr.ª Maria Idalina Alves Trindade